

# Deputados do PMDB aprovam Constituinte exclusiva

**Brasília** — Por 171 votos a 4, os deputados do PMDB aprovaram a proposta de suspensão das atividades da Câmara e do Senado, assim como de suas respectivas mesas, até que a Assembléia Nacional Constituinte se pronuncie sobre o assunto. Houve 94 ausências.

A decisão será levada aos senadores do PMDB e aos demais partidos, para que haja consenso sobre a questão. Mas de antemão a decisão dos deputados anulou a votação realizada por eles próprios, para a escolha do novo presidente da Câmara. Após a reunião, o clima era de perplexidade entre os deputados pemedebistas, porque só então eles perceberam o alcance da decisão que tomaram.

A proposta, apresentada pelo deputado Lélío de Souza em nome da bancada gaúcha, é radical. Suspende as atividades da Câmara e do Senado e a eleição de suas respectivas mesas diretoras, o que obrigaria a Constituinte a decidir também sobre matéria de legislação ordinária. Os constitucionalistas do Legislativo apontam inconvenientes de ordem doutrinária e de ordem prática para sua execução.

## Instabilidade

Do ponto de vista doutrinário, alega-se que a Constituinte foi eleita com o Legislativo em pleno funcionamento, o que limita seu poder ao quadro jurídico vigente, onde coexistem o Congresso, o Judiciário e o Executivo. Esses especialistas admitem que a Constituinte poderá editar atos constitucionais, levando a invadir atribuições do Executivo e do Judiciário.

Os constitucionalistas que chamam a atenção para os inconvenientes doutrinários observam que um quadro dessa natureza poderia conduzir à instabilidade política. O deputado Nelson Jobim, mentor da bancada do PMDB gaúcho, nega que haja risco, afirmando que essas opiniões refletem apenas o temor de burocratas que controlam o Legislativo.

Do ponto de vista prático — alega um parlamentar

que assessora o deputado Ulysses Guimarães — a atribuição sobre a legislação ordinária jogaria a Constituinte em matérias factuais, relegando a elaboração da Constituição a segundo plano.

## Decreto-lei

Ulysses havia apresentado uma proposta mais moderada, que previa o funcionamento da Câmara e do Senado, embora situados em plano secundário à Constituinte. Ao invés das comissões técnicas do Legislativo, seriam criadas duas grandes comissões legislativas.

A comissão da Câmara seria composta por 101 deputados e a do Senado, por 25 (um representante de cada estado e do Distrito Federal e mais um senador para que se evitasse empate nas votações). As duas substituiriam as 18 comissões técnicas da Câmara e as 19 do Senado.

O trabalho das duas comissões seria o exame dos projetos originários do Executivo e do Legislativo sob os aspectos da oportunidade (ficando vencido se sua aprovação após a Constituinte não causar prejuízos aos altos interesses nacionais), constitucionalidade, juridicidade e mérito. Apreciadas nas comissões legislativas, essas proposições poderiam ir a sessões plenárias convocadas pelas mesas quando houvesse matérias relevantes.

A convocação das plenárias seria mais freqüente no Senado, que tem atribuições exclusivas para legislar para o Distrito Federal, aprovar a indicação de embaixadores, ministros de tribunais e empréstimos para estados e municípios. A proposta Ulysses previa que as proposições ora tramitando no Legislativo — excetuados os decretos-leis — seriam arquivadas.

O funcionamento do Legislativo ainda que em condições precárias, paralelamente à Constituinte, segundo parlamentares do grupo de Ulysses, evitaria a necessidade de o presidente da República legislar por decreto-lei ou por lei delegada do Congresso (nesse caso para matérias específicas).

## Senado elegerá Mesa Diretora

**Brasília** — O Senado não vai atender à moção do PMDB que pede a suspensão da eleição do presidente e demais cargos da mesa. O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), presidente em exercício, disse que "tem a Constituição e o Regimento Interno a cumprir" e vai realizar a eleição da mesa no domingo pela manhã, em sessão seguinte à posse dos senadores. Na Câmara, para suspender a sessão, o PMDB terá que colocar em plenário, no dia 2, quando será realizada a eleição da mesa, no mínimo 244 deputados, ou seja, a maioria absoluta da Casa. O PMDB tem 259 deputados.

A moção do PMDB não tem força jurídica e pode ser atendida ou não. No Senado, não só Guilherme Palmeira garantiu que realizará a eleição, mas a própria bancada do PMDB, ignorando a proposta dos deputados, já decidiu que quer eleger a mesa. O senador José Richa, que participou da reunião da bancada, garantiu: "Vamos manter a decisão de eleger a mesa do Senado no domingo".

Na prática, isso significa que a Assembléia Nacional Constituinte, se decidir na segunda-feira que o Senado e a Câmara ficarão em recesso, estará automaticamente anulando a eleição que o Senado vai realizar amanhã.

Na Câmara, o deputado Ulysses Guimarães vai abrir a reunião de segunda-feira pela manhã, destinada a eleger a mesa, colocando imediatamente a proposta do PMDB em votação. O PFL, segundo seu líder José Lourenço, vai colocar em plenário todos os seus comandados. "Levo meus 118 deputados. Tenho certeza de que o PDS colocará em plenário seus 33 parlamentares e no PMDB devem existir cerca de 100 deputados legalistas, o que impediria a aprovação da moção."

Desta forma, apesar de aprovar por unanimidade a moção, o PMDB não tem garantias absolutas de que conseguirá vencer no plenário e impedir a eleição da mesa. Para isso seria necessário que pelo menos 240 de seus 260 deputados votassem com a mesma posição. Eles representam a maioria absoluta e podem fazer valer a proposta. Se o resultado final for o esperado pelo PMDB, estará caracterizada uma espécie de "choque institucional" com a Câmara de um lado e o Senado de outro, quando a Constituinte sequer começou a funcionar.

**Importância** — O presidente José Sarney ocupa hoje à noite a cadeia nacional de rádio e televisão para destacar, em pronunciamento de 10 minutos, a importância da Assembléia Nacional Constituinte. O presidente começa a falar às 20h30min. Ontem, na *Conversa ao Pé do Rádio*, Sarney afirmou que "nunca os constituintes tiveram tão amplas e totais garantias, livres de quaisquer pressões internas ou externas e sem ameaça de qualquer golpe". O presidente enaltece, ainda, pelo rádio, "o desejo de participação popular na elaboração da nova Constituição".

**Oração** — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em mensagem dirigida a todos os constituintes, pede que a nova Constituição seja elaborada com base em um regimento interno que "propicie ampla divulgação dos trabalhos e valorize as diversas formas de participação popular". A mensagem conclama todos os parlamentares a se unirem em oração, invocando as bênçãos de Deus sobre a nova Constituição. A Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro determinou, por sua vez, que todas as paróquias a ela subordinadas façam nas missas de amanhã orações em favor da Constituinte.

## Ulysses derrota Lyra na reunião da bancada

**Brasília** — Se a proposta da bancada do PMDB na Câmara de adiar o início dos trabalhos do Congresso para depois da aprovação da nova Constituição for aceita pelos senadores do partido e pelos outros partidos, não haverá, segunda-feira, disputa entre Ulysses Guimarães e Fernando Lyra. Se houver, entretanto, Ulysses precisará de 79 votos de outros partidos para se reeleger presidente da Câmara: a bancada do PMDB lhe deu ontem 166 votos, contra 10 para Lyra, que não submeteu seu nome à votação. Para ter mais da metade dos votos, Ulysses precisa chegar a pelo menos 245.

Dos 259 deputados do PMDB, foram à reunião da bancada 214. Trinta e seis votaram em branco e houve um voto anulado. A candidatura de Ulysses Guimarães teria ficado comprometida se ele obtivesse menos de 130 votos de deputados do PMDB. Mas Lyra cometeu vários erros políticos e perdeu votos.

## Reunião nervosa

O deputado Fernando Lyra foi tão veemente quanto infeliz no improviso. Com apenas duas citações conseguiu a antipatia dos novos parlamentares do seu partido, perdeu o apoio de parte da bancada do PDT e ainda ficou sem os votos dos dois únicos deputados do PMDB do Rio que pensavam em votar nele para a presidência da Câmara: Miro Teixeira e Gustavo de Faria.

Na reunião da bancada do PMDB, Lyra considerou inconstitucional a reeleição do presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, à presidência da Câmara dos Deputados. Acusou Ulysses de recorrer, para buscar a legitimidade da sua causa, a pareceres "de juristas da ditadura". O presidente da executiva pemedebista, atento ao discurso, no qual o ex-ministro da Justiça enaltecia o seu passado e ao mesmo tempo condenava o seu presente, desabafou: "Ele dá uma no cravo e outra na ferradura e pensa estar me atingindo".

## Improviso

Lyra lia o discurso aos seus companheiros de bancada. Pouco depois de iniciá-lo resolveu, porém, passar para o improviso. Lembrou Tancredo, seu papel na fundação do PMDB e sua passagem pelo Ministério da Justiça, para se recusar a aceitar a tese de que sua vitória seria apontada como ameaça de desestabilização.

— Esse é um cacoete da ditadura, um vício do autoritarismo.

Lyra, respondendo a um aparte, disse que os novos deputados são "neófitos que não sabem nada, mas ainda vão aprender". Depois, afirmou que quatro

deputados do PMDB da Bahia lhe telefonaram para dizer que não podiam deixar de votar em Ulysses Guimarães porque estavam recebendo pressões do governador eleito Waldir Pires. Mas não citou o nome de ninguém.

Imediatamente a bancada baiana protestou e decidiu lançar uma nota oficial para responder "às ofensas do ex-ministro da Justiça", como informou um dos novos deputados. Os baianos receberam o apoio de praticamente todos os deputados pemedebistas, principalmente dos novos, que já estavam irritados por terem sido chamados de neófitos.

A notícia do escorregão de Fernando Lyra correu e a bancada do PDT, que se reuniu à tarde, também considerou infeliz o discurso do ex-ministro. Lyra já não tinha agradado aos pedetistas anteontem, quando fez um pronunciamento considerado confuso para pedir votos aos deputados do PDT. Fernando Lyra, pelas contas de um pedetista do Rio, perdeu cinco ou seis votos em menos de 24 horas.

E se perdeu votos do PDT também perdeu do PMDB fluminense. Miro Teixeira e Gustavo de Faria estavam praticamente decididos a não votar em Ulysses Guimarães. Mas depois do discurso de Lyra na reunião da bancada, mudaram de opinião. Miro ainda não confessa abertamente que trocou de candidato, mas Gustavo de Faria, na hora do almoço, dizia em alto e bom som: "Eu estava indeciso, mas depois dessa de hoje vou votar é no Ulysses mesmo. O Lyra pisou na bola."

Ulysses dirigiu-se uma vez ao deputado Maurílio Ferreira Lima (PE), que se sentou à sua direita, para comentar em voz baixa: "Coitado do Fernando. Até artista de circo sabe que, se fugir do script dança mesmo." Para Maurílio, Ulysses fez uma revelação, a seguir: "No meu discurso vou passar por cima desse blablablá."

Ulysses, um pouco mais tarde, não poupou seu adversário: "É um franco atirador".

Sentado à esquerda de Ulysses, quem não conseguia esconder a tensão era o deputado Pimenta da Veiga. Não era para menos. Ao se dirigir à tribuna, Lyra cumprimentou Ulysses e ignorou sua mão estendida. A tensão se tornou ainda maior quando o ex-ministro da Justiça dirigiu-se a Pimenta, como "líder da bancada, mas líder da bancada passada", desautorizando, na prática, as funções que desempenhará regimentalmente até o próximo dia 10 quando será eleito seu sucessor.